



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

JORNAL DA CIDADE

ARACAJU, QUARTA-FEIRA, 5 DE JUNHO DE 2013

PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE

MPE ajuíza ação contra prefeitura

O Ministério Público (MP) de Sergipe ingressou na manhã de ontem, terça-feira, 4, com uma ação civil pública contra o Município de Aracaju, solicitando da Justiça que a gestão municipal se abstenha de formalizar contratos de gestão com entidades privadas, mais conhecidas pela comunidade como Organização Social (O.S). Responsável pelo ajuizamento da ação, a promotora Euzá Missano pede ainda que o poder público permaneça executando esse serviço diretamente com a população e que todas as decisões e realinhamentos dessas políticas públicas de saúde sejam encaminhados ao Conselho Municipal de Saúde, para deliberação.

“Na última segunda-feira, 3, fizemos uma sessão extrajudicial envolvendo todas as partes para realizar as discussões pertinentes ao caso, e diante da realidade encontrada o MP permanece com

o entendimento de que essa é uma atividade/fim que não pode ser transferida em sua integralidade, para uma O.S, por um impedimento legal. A lei é clara quando diz que pode haver participação da iniciativa privada no SUS, mas apenas de forma complementar, pois o modelo apresentado na oportunidade pela secretaria de Saúde do município mostra que a intenção deles é transferir a operacionalização das duas Unidades de Pronto Atendimento (UPA)- Fernando Franco e Nestor Piva- para uma O.S. Isso não pode acontecer, por isso ajuizamos a ação e agora a sentença deve ser decretada pela Justiça”, detalha Euzá.

E acrescenta: “Outro detalhe também é que o CMS não recebeu notificação do Município quanto à inserção desse modelo operacional, a meu ver parece que o Município está vendo o conselho apenas consultivo, quando na verdade ele é deliberativo e fundamental para

decidir o rumo das políticas municipais de saúde”.

Tratamento paliativo

Além do ajuizamento, seria realizada também na manhã de ontem uma audiência com o Hospital de Urgência de Sergipe (Huse), o Hospital de Cirurgia (HC) e a Fundação Hospitalar de Saúde (FHS), para tratar do tratamento paliativo para pacientes oncológicos, mas esta foi adiada, pois o município de Aracaju não foi notificado de sua realização.

Apesar disso, o Huse e o HC foram ouvidos e uma nova audiência foi remarcada para o próximo dia 10, com o objetivo de procurar soluções para os problemas apresentados pela coordenação do HC nesse sentido. “Com relação ao Huse, não foram encontradas dificuldades relacionadas aos cuidados paliativos, mas no HC a própria administração afirmou que vem estruturando seu serviço de tratamento, mas que

não há condição de levar esse projeto adiante, pois não está sendo financiado repasse necessário para a dispensação de medicamentos. Por esse motivo convidamos o município de Aracaju a comparecer no próximo dia 10, para que possamos discutir essas questões”, explica a promotora Euzá Missano.

O tratamento paliativo é destinado aos pacientes com câncer que tem um prognóstico reservado e já passaram por todos os tratamentos necessários, mas ainda permanecem com a doença. Esses pacientes precisam ser tratados porque sentem muitas dores e podem descompensar, além de precisarem ser reinternados com certa frequência. Esses cuidados paliativos são realizados na residência do paciente, inclusive com a dispensação dos medicamentos coadjuvantes aos quimioterápicos – como os para amenização da dor e fortalecimento do corpo- para que o organismo seja restabelecido daquela patologia.